



MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

DATA: 03/07/2007

HORÁRIO: 9:00 às 12:00

LOCAL: SETP – Curitiba

Participantes

Membros:

SETP	COGEMAS
Carmem Cristina Zadra	Adilson José dos Santos
Denise R. Arruda Colin	Eunice Ap. Porcel Sommacal
Jucimeri Isolda Silveira	Joaquim Guilherme da Silva Filho
Renata Mareziuzek dos Santos	Maria Regina Topan
	Simone Ferrari
	Suzie A. Pucillo Zanatta

Representantes da Secretaria Técnica:

Ana Paula Gonçalves
Kellen Cristina Dalcin
Rosely Lemos
Sandra C. Kloser Busnello

Convidados:

Aline Mariana Cavallari
Carmem Lúcia S. Cunha
Creusa Lurdes de Melo
Evanilda Rank de Oliveira
Gabriela Luciano da Silva
Kelli Regina Albanese
Letícia Codagnone Raymundo
Mareia R.P. Rabery
Maria Sezineide
Maria Inês dos S Silva
Odelita Herbst
Silvia Godarth Correia

Pauta:

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião da CIB de 28/04/2008;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- Critérios de habilitação e Guia de Orientação: repasse da reunião de Câmara Técnica, do Encontro Nacional de Monitoramento dos CRAS e pactuação de procedimentos para análise;
- Encaminhamentos do processo de desabilitação do município de Foz do Iguaçu;
- Instrumentos de Gestão: repasse da situação de preenchimento dos municípios e instituição de Câmara Técnica para discussão do SIPEAS;

Informes:

- Pactuações da CIT ocorridas nas reunião de 01 de julho: monitoramento e co-financiamento de CRAS.

Aprovação da pauta:

Denise Colin, coordenadora da CIB, agradece a presença de todos confirmando o quorum mínimo, e questiona se há algum ponto de pauta a ser incluído, revisado ou retirado. É indicado que se acrescente como informes as pactuações da CIT ocorridas nas reunião de 01 de julho em relação ao monitoramento e especialmente sobre co-financiamento do CRAS, além do repasse da atualização do site da CIB. Sem mais alterações, a pauta é aprovada.

Aprovação da memória da reunião da CIB de 28/04/2008:

Denise Colin coloca em apreciação a memória, e não havendo modificações, a mesma é aprovada.

Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos:

Kellen Dalcin, secretária técnica da CIB, expõe que foi recebido no período entre as reuniões da CIB apenas o processo de habilitação do município de Bom Sucesso, do Escritório Regional de Londrina. A análise técnica indicou seu indeferimento, pois apresentou pendências na representação do Conselho Municipal de Assistência Social, visto que as entidades são pré-indicadas na Lei de Criação. Será orientado para que haja a divisão de representantes não-governamentais por segmentos de trabalhadores, usuários e entidades prestadoras de serviço, conforme orienta a Resolução n.º 237/06 do CNAS. A segunda pendência está relacionada à nomeação dos conselheiros, a qual também deve seguir as orientações da Resolução n.º 237/06 do CNAS. Além disso, o CRAS não está em funcionamento e o diagnóstico deve ser complementado com as informações sobre as áreas de vulnerabilidade e risco social do município. Kellen Dalcin informa que será elaborado um memorando para o Escritório Regional para que este preste orientação técnica ao município.

Critérios de habilitação e Guia de Orientação: repasse da reunião de Câmara Técnica e pactuação de procedimentos para análise:

Denise Colin fala sobre a reunião de Câmara Técnica da CIB que teve como temática rever os critérios de análise da CIB Paraná em relação ao processo de habilitação. Ela contextualiza que a partir da Conferência Estadual de Assistência Social em que o representante da CIT, Wagner Leite, relatou que em outros estados as CIBs avaliam as exigências da NOB com os critérios para habilitação de forma diferenciada dos adotados pela CIB do Paraná, percebeu-se a necessidade de desencadear a criação de Câmara Técnica da CIB/PR para reavaliar os aspectos apontados, e optou-se por tomar conhecimento das discussões nacionais, especialmente no que se refere ao requisito de funcionamento de CRAS para pleito à gestão básica e/ou plena.

Denise Colin menciona que existe realmente um quadro de precarização dos serviços, pois os maiores problemas permanecem em relação aos municípios que se habilitaram na regra de transição, e ainda não cumpriram todas as exigências da NOB/SUAS a partir de 2006. Ela expõe que o MDS realizou um Encontro Nacional de Monitoramento dos CRAS, ocorrido no mês de maio de 2008, no qual ficou em evidência a inadequação destes equipamentos em relação ao seu real funcionamento e finalidade. Ao ser retomada esta discussão na CIT, pactuou-se que para as expansões de 2008 do MDS, haverá um prazo de três meses para implantar o serviço, já com o recebimento do recurso e, neste período, o gestor municipal deverá adequar o espaço físico, contratar e capacitar a equipe técnica, definir horário padrão de funcionamento e desenvolver os serviços essenciais que caracterizam o CRAS. Ocorrendo como o previsto, o município continuará recebendo o recurso mas caso contrário, haverá suspensão do recurso e o prazo de mais três meses para reordenamento. Se, ainda assim, o equipamento não estiver em funcionamento adequado, o repasse será cancelado.

Kellen Dalcin complementa que no Encontro Nacional, ocorrido no mês de maio, foram convocados representantes de todos os estados das áreas de Monitoramento, de Proteção Social Básica, Sistema de Informação e um

representante do COGEMAS. Primeiramente, houve o repasse do preenchimento da Ficha de Monitoramento do CRAS, um aplicativo desenvolvido especificamente para a avaliação dos CRAS já existentes. A ficha esteve disponível dentre o final de 2007 e início de 2008, havendo uma média de três mil municípios participantes. O resultado desta avaliação demonstrou que apenas 6% dos CRAS existentes no Brasil estavam de acordo com o critério idealizado, ou seja, em funcionamento adequado para cada um dos quatro eixos. Com os resultados desta avaliação, o MDS elencou algumas diretrizes para os eixos de estrutura física, recursos humanos, horário de funcionamento e atividades realizadas, considerando um Parâmetro de Adequabilidade, ou seja, para cada um deste itens existe um critério:

Estrutura Física: local para recepção; sala para entrevista que possibilite o atendimento individual; salão para reunião com grupos de famílias; banheiro; condições de acessibilidade para pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Recursos Humanos (conforme NOB/RH – SUAS, 2007):

Itens por tamanho de CRAS		
CRAS para 5.000 famílias referenciadas	CRAS para 3.500 famílias referenciadas	CRAS para 2.500 famílias referenciadas
Nove ou mais profissionais, sendo:	Seis ou mais profissionais, sendo:	Quatro ou mais profissionais, sendo:
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cinco ou mais profissionais de nível médio; ▪ Quatro ou mais profissionais de nível superior, devendo haver, pelo menos: ▪ Dois assistentes sociais; ▪ Um psicólogo; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Três ou mais profissionais de nível médio; ▪ Três ou mais profissionais de nível superior, devendo haver, pelo menos: ▪ Dois assistentes sociais; ▪ Um psicólogo (preferencialmente); 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dois ou mais profissionais de nível médio; ▪ Dois ou mais profissionais de nível superior, devendo haver, pelo menos: ▪ Um assistente social; ▪ Um psicólogo (preferencialmente);

Horário de funcionamento: cinco dias na semana, com mínimo de seis, mas preferencialmente oito horas por dia.

Atividades realizadas: acompanhamento de famílias; encaminhamento para inserção de famílias no CadÚnico; orientação/acompanhamento para inserção no BPC; visitas domiciliares.

Eunice Porcel, representante do COGEMAS, questiona se houve padronização quanto às condicionalidades para a habilitação ou se cada CIB terá autonomia para definição destes critérios. Kellen Dalcin esclarece que durante o Encontro Nacional foi perceptível esta questão, pois existe em cada estado uma realidade de habilitação. Denise Colin resgata que somente a CIB do Paraná e do Rio Grande do Sul consideram que o CRAS deve estar implantado para cumprir o requisito, visto que em vários estados os municípios estão habilitados em gestão básica e plena, porém, não possuem CRAS em funcionamento. Ela expõe que devido as diferenças de análise das habilitações e condições de funcionamento de equipamentos, o MDS adotará um processo continuado de monitoramento de CRAS, posteriormente de CREAS e outros equipamentos com seus respectivos serviços, com o mesmo procedimento realizado no Paraná, ou seja, o município preenche o aplicativo de avaliação e posteriormente, as equipes dos Estado farão a visita na localidade para validar e apresentar sua seu parecer técnico. Tal levantamento da situação de funcionamento dos CRAS será denominado Censo Anual de CRAS, e será realizado periodicamente, seguido de orientações para reordenamentos do equipamento a partir dos eixos de adequabilidade.

Jucimeri Isolda, representante da SETP, destaca a importância desta discussão nacional, que reforça o entendimento de que o Paraná estava realizando as análises de acordo com os critérios previstos na NOB/SUAS, sendo fundamental manter o posicionamento de que o CRAS deve estar em funcionamento, considerando que é um dos quesitos mínimos para haver habilitação municipal em gestão básica e/ou plena. Segundo ela, é necessária a construção de um cronograma de implantação do equipamento, aprimorando assim a indução da CIB/PR no processo de habilitação dos municípios. É preciso

primar pelo entendimento de que seja seguido rigorosamente a análise de pleno funcionamento do CRAS, de modo a avaliá-los no monitoramento, cumprindo com os indicadores pactuados, e subsidiando a unificação dos serviços, já que o sistema é único. Além disso, Jucimeri indica a importância da tipificação de serviços socioassistenciais que são realizados no CRAS, pois há apenas a referência do Programa de Atenção Integral a Família – PAIF. Alerta, contudo, que este entendimento ainda é insuficiente para a concepção da política de assistência social, porque existem muitas ações como distribuição de fraldas, atendimento terapêutico, equivocadamente prestados nos CRAS ou até mesmo nos órgãos gestores da política de assistência social.

Simone Ferrari, representante do COGEMAS, fala que de acordo com a análise do monitoramento do CRAS e das condições de habilitação, é possível compreender que existem normas territoriais. Entretanto, permanece o questionamento, pois em se tratando de um pacto federativo e descentralizado, os procedimentos devem ser universalizados, seguindo uma linha de análise unificada. Joaquim Guilherme, representante do COGEMAS, diz estar esclarecido na NOB/SUAS como deve ser a estrutura do CRAS, sendo importante seguir este parâmetro. Em relação a desabilitação ele afirma que é uma penalidade, mas que deve haver um mecanismo para manter o serviço à população, ou seja, os problemas de gestão não podem afetar o atendimento da demanda.

Jucimeri Isolda argumenta que havia a preocupação em relação a análise diferenciada da CIB/PR, assim como do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o que pode justificar um índice menor de habilitação nestes estados, mas é perceptível que estava se buscando cumprir com o pacto nacional. Ela resgata que sempre houve uma preocupação oriunda dos municípios, representados pelas argumentações do COGEMAS, visando não banalizar a prestação de serviços, nem descumprir com a regulamentação do SUAS, e justamente este posicionamento do Paraná e do Rio Grande do Sul poderão subsidiar o processo de reordenamento das demais CIBs que estavam trabalhando com a regra de transição.

Em relação aos municípios que no pleito a habilitação se sentirem prejudicados, ela retoma que a primeira instância de recurso é o Conselho Estadual da Assistência Social. Lembra ainda que para os que foram habilitados e não corresponderam aos critérios exigidos, sofrerão as conseqüências por não possuírem condições de funcionamento, principalmente em relação ao atendimento do CRAS. Assim, mesmo em se tratando de um processo complexo, é necessário, por exemplo, que as intervenções técnicas dos trabalhadores do SUAS primem pela garantia do que já está previsto, proporcionando mudança nas condições de vida da população usuária dos serviços, e contribuindo na garantia de direitos.

Denise Colin informa que foi pactuado na reunião da CIT o primeiro indicativo para o monitoramento a partir de um padrão nacional, com muitas semelhanças da sistemática já adotada pela CIB/PR. Ela retoma que há um calendário estabelecido para cada grupo de municípios que apresentou pendências nesta primeira experiência de monitoramento. Segundo Denise Colin os municípios paranaenses serão diretamente informados pela SETP sobre estes prazos. Ela repassa que será composta Câmara Técnica da CIT com o objetivo de revisar todo o processo e as exigências de habilitação e desabilitação, no sentido de reavaliar todos os parâmetros e definir padronização em relação às previsões de cada nível de gestão do SUAS. Houve na discussão o reconhecimento da ocorrência de pouca mobilidade entre os níveis de gestão, provavelmente porque as exigências são maiores para os municípios em gestão plena, mas os incentivos são basicamente os mesmos da gestão básica. Além disso, o nível de gestão inicial está mal situado, pois ele deve ser transitório entre o níveis de gestão posteriores. Estas três questões serão discutidas paralelamente à revisão dos níveis de gestão, ao aprimoramento dos procedimentos para a habilitação e às regras que estão sendo pactuadas para o reordenamento imediato de co-financiamento.

Carmem Cunha, representante do COGEMAS, expõe que muitos prazos já foram estabelecidos por parte do COGEMAS, e a exigência de equipe técnica nos municípios, por exemplo, é uma discussão que vem sendo gerada em um período

de dois anos, e que sendo este ano eleitoral geraria maior dificuldade de reordenamento em relação aos prazos. Mas há o posicionamento de que os municípios devem se adequar, ao exemplo de Foz do Iguaçu, que encontra-se em processo de reordenamento.

Denise Colin fala que será realizado um levantamento pelo MDS, nomeado de “Censo CRAS Brasil”, que ocorrerá à partir de julho de 2008, e gradativamente serão definidos prazos para correção dos CRAS que já estão ou deveriam estar implantados. Enquanto CIB, neste momento, é necessário definir as possíveis mudanças no processo de habilitação, sendo a proposta da Câmara Técnica da CIB adotar os mesmo parâmetros do governo federal, mas, com prazo diferenciado, ou seja, diretamente seis meses, fazendo a exigência de que neste período se comprove a possibilidade de atingir previsão estabelecida em cada um dos critérios de adequabilidade.

Kellen Dalcin sugere que para próxima reunião da CIB, prevista para 26 de agosto, seja pactuado o conteúdo final do Guia de Orientação com os esclarecimentos e informações, dirigidas aos municípios para habilitação em gestão básica ou plena, uma vez que já houve complementações das diretrizes e aprimoramento dos seguintes itens: Diagnóstico das Áreas de Vulnerabilidade e Risco Social, Plano, Demonstrativo, Relatório de Gestão e a questão dos Benefícios Eventuais. Acatada a sugestão fica pautado para próxima reunião pactuar o conteúdo do Guia de Orientação, que será enviado via *e-mail* aos membros para apreciação e encaminhamento de sugestões, e a partir da pactuação pode-se proceder a análise dos processos de pleito à habilitação baseados em seu conteúdo.

Encaminhamentos do processo de desabilitação do município de Foz do Iguaçu:

Kellen Dalcin resgata que o processo de desabilitação do município de Foz do Iguaçu foi solicitado ao final do ano de 2007 pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em decorrência do grande saldo de recursos na conta do município e por não estar haver atendimento à demanda existente. A partir deste

processo, foi definido em reunião da CIB que uma comissão seria composta por representantes do MDS, SETP, CIB, e COGEMAS para conhecer a realidade existente no município. A primeira reunião com o município foi realizada em 28 e 29 abril e a segunda em 16 e 17 de junho, esta última com a participação de representantes do MDS, através dos departamentos de Proteção Social Básica e Especial, benefícios socioassistenciais e DGSUAS, para definição de procedimentos, considerando cada uma das pendências existentes no município e, a partir desta discussão, foi elaborado o documento denominado Plano de Providências, no qual constam as ações, os prazos e os responsáveis por cada um dos itens. No período entre as visitas, o município encaminhou concurso público para a contratação de psicólogo e assistente social para esses equipamentos.

Ela expõe que a comissão formada, em conjunto com o gestor municipal, realizou dois dias de visitas e reuniões que desencadearam no Plano de Providências, contemplando itens desde a placa de identificação dos CRAS e CREAS à composição da equipe, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH.

Denise Colin informou aos membros que durante a reunião ampliada do CMAS o órgão gestor municipal convidou representantes do Ministério Público e da Vara da Infância e Juventude para acompanhamento do processo e contribuições. Nesta oportunidade, o Promotor Fábio Lourenço estabeleceu a transformação do Plano de Providências em um Termo de Ajuste e Compromisso – TAC, o que prevê o acompanhamento também do Ministério Público. Denise complementa que a CIB enviará o Plano já pactuado ao Ministério Público para a transformação deste em instrumento jurídico. O Plano será legitimado por Resolução e terá acompanhamento do Escritório Regional de Foz do Iguaçu, através de visitas trimestrais no município para rever cada um dos itens contidos no Plano de Providências, com prazo máximo estabelecido para reordenamento até dezembro de 2009. Além disso, o MDS irá elaborar um ofício sobre a Reprogramação de Saldos Financeiros e a utilização do Índice de Gestão Descentralizada – IGD, ambos a serem reordenados.

Creusa de Melo, assistente social do município de Foz do Iguaçu, fala das providências que já foram encaminhadas, como o remanejamento dos profissionais para compor a equipe técnica de três CRAS, os quais foram inaugurados em 28 de junho, com espaço adequado, salas definidas, com placa de identificação, buscando acompanhar os parâmetros estabelecidos. Além destas mudanças, já está sendo feito o levantamento de saldo de recursos dos exercícios de 2005 e 2006, que podem ser reprogramados para 2007, posteriormente a ser discutido e deliberado pelo CMAS. Creusa agradece o apoio ofertado pela Comissão ao município, pois proporcionou o avanço da política de assistência social, no entendimento de que existe a possibilidade de orientação com as instâncias responsáveis.

Kellen Dalcin mencionou que a partir da estruturação do município pode-se iniciar a elaboração do pleito à habilitação aos níveis de gestão básica ou plena do SUAS, de acordo com a realidade prevista.

Adilson Santos, representante do COGEMAS, parabeniza o posicionamento do CMAS de Foz do Iguaçu, e indica que esta questão venha a se tornar exemplo diante de outros conselhos. Simone Ferrari destaca também a necessidade de que durante os encontros preparatórios à posse dos novos Prefeitos Municipais, haja um momento para a apresentação da assistência social como política pública, viabilizando o conhecimento das responsabilidades e incentivos dos municípios, de modo a despertar o interesse da administração pública, o que será um avanço significativo.

Maria Sezineide, do município de Campo Mourão, acrescenta que as instâncias de controle deveriam realizar esta articulação com todos os candidatos as Prefeituras, oportunizando espaço de esclarecimento a respeito das instâncias de controle e quais são as suas atribuições. Eunice Porcel concorda com o exposto, pois a política de assistência social possui uma participação muito pequena nestes momentos. Segundo ela, esta exposição não pode se limitar a entrega de cartilhas referentes às ações aos gestores municipais, mas sim, pontuar qual é momento atual da assistência social em todo seu panorama,

esclarecer a nova lógica do SUAS, identificar quais são as pendências e demandas que o órgão gestor municipal irá vivenciar.

Letícia Raymundo, representante da Fundação de Ação Social de Curitiba - FAS, sugere que um material seja também entregue aos candidatos ao governo municipal, ainda antes das eleições, para que estes incluam em seu plano de governo, desta forma, alerta sobre a necessidade de se organizar em relação ao SUAS. Com relação à capacitação, ela sugere também que as mesmas sejam realizadas de acordo com o porte dos municípios, inclusive para o planejamento na composição de equipes, considerando que a política e a discussão da organização da gestão é extremamente distinta para cada porte.

Maria Regina Topan, representante do COGEMAS, reforça a importância do envio deste diagnóstico aos novos prefeitos, especialmente para estimular a composição de quadros próprios, pois existem muitos cargos comissionados principalmente nos municípios de pequeno porte.

Denise Colin expõe que o Governo do Estado já está organizando reunião do governador e os respectivos secretários de Estado com os gestores municipais eleitos, na qual haverá a oportunidade de se apresentar a lógica da política de assistência social, explicando as funções de cada esfera de governo segundo o pacto federativo realizado, além do financiamento, estruturas e gestão do SUAS. Será também encaminhada uma carta aos Prefeitos informando o montante de recurso que o município recebe do co-financiamento estadual e federal, para quais ações estes devem ser destinados, o nível de gestão em que este se encontra e os principais indicadores econômicos e sociais. Tal documento passará por apreciação do CEAS, além de outros documentos com informações pertinentes à política que serão anexados, e há possibilidade de envio de sugestões dos membros da CIB.

Além disso, ela informa que está se discutindo no CEAS um Plano Estadual de Capacitação a ser efetivado até 2010 e, dentre suas propostas, existe previsão de se reservar nos eventos de capacitação um espaço para reuniões com os gestores municipais na capital, e com a equipe técnica nas localidades e regiões

para detalhamento do processo de trabalho e intervenção técnica por serviços e eixos de proteção, buscando considerar a diversidade de portes populacionais.

Antes de seguir para o próximo ponto, a coordenadora da CIB coloca em apreciação dos membros os encaminhamentos efetuados no processo de desabilitação de Foz do Iguaçu que, após pactuado será publicado por meio de resolução da CIB e comunicado oficialmente ao gestor, ao conselho municipal, à CIT, além de encaminhar ao Ministério Público, para que proceda a formalização do Termo de Ajuste e Compromisso – TAC. O Escritório Regional/SETP realizará acompanhamento trimestral das providências adotadas e dificuldades encontradas, acompanhado de parecer técnico e de monitoramento da CIB. Sem outras sugestões de alteração, o Plano de Providências de Foz do Iguaçu é pactuado.

Instrumentos de Gestão: repasse da situação de preenchimento dos municípios e instituição de Câmara Técnica para discussão do SIPEAS:

Renata Santos, representante da SETP, retoma que no mês de fevereiro de 2008 foram abertos os processos de desabilitação dos municípios que não finalizaram o Relatório de Gestão e o Demonstrativo Sintético Anual do ano de 2006. Após análise das justificativas pela Câmara Técnica da CIB, foi estabelecido como meta que os municípios concluíssem o preenchimento até o dia 12 de maio de 2008. Segundo ela, todos os municípios cumpriram tal medida, encerrando assim os processos de desabilitação abertos, com exceção dos municípios de Nova Tebas e Florestópolis que não finalizaram o aplicativo, pois o MDS fechou o sistema antes deste período.

Em relação do Plano de Ação 2008, aplicativo que compõe o SUASWeb, Renata informa que o mesmo fechou no dia 30 de abril, e apenas 03 municípios não finalizaram seu preenchimento. Em contato com o MDS, a orientação é que o gestor estadual aguarde informações sobre os procedimentos a serem adotados.

Já o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira, aplicativo do SUASWeb, fechou no dia 30 de junho e, até o momento, consta que 19 municípios não finalizaram o aplicativo e 02 constam com o Demonstrativo

“Rejeitado”, totalizando 21 municípios com pendências. Renata esclarece que os dois municípios com situação “Rejeitado” informaram que ocorreu apenas um problema no sistema no momento de finalizar o mesmo, portanto, não significa que houve rejeição do instrumento de gestão pelo CMAS.

A orientação do MDS com relação a este aplicativo é para que os municípios encaminhem, via correio, a justificativa de não finalização do Demonstrativo, além do relatório de cumprimento do objeto e toda documentação impressa, com as informações pendentes na ferramenta informatizada.

Denise Colin afirma que os municípios serão orientados quanto ao preenchimento, através de um documento alertando da importância deste preenchimento, com a solicitação de que a CIB seja comunicada quando forem encaminhadas as justificativas ao FNAS para haver acompanhamento.

Quanto aos Instrumentos de Gestão do Estado, Renata repassa que ficaram 27 municípios pendentes no Relatório de Gestão e 25 municípios no Plano Municipal. Lembra que em 27 de junho foi o prazo final de preenchimento de ambos, e justifica que não houve a padronização de prazo com os aplicativos do MDS, pois os prazos divulgados na Portaria n.º33/08 – MDS seriam 30 de abril e 12 de maio, ou seja, um período muito curto para finalizar o preenchimento .

Renata resgata que como nos anos anteriores, a sugestão é de que se padronizem os procedimentos adotados pelo MDS em relação aos municípios que não concluíram os Instrumentos de Gestão da Rede SUAS, sendo assim, deve-se aguardar comunicação oficial do Ministério em questão.

Letícia Raymundo, representante da FAS/Curitiba, expõe sua preocupação no que tange ao “retrabalho” dos gestores municipais em preencherem os aplicativos do MDS e da SETP, com duplicação de dados, alguns deles com pouca utilidade para análise técnica. Ela destaca a importância na organização para solicitação de dados, esclarecendo em que sentido estas informações são utilizadas e quando haverá um retorno deste diagnóstico. Denise Colin esclarece que será constituída uma Câmara Técnica da CIB, com objetivo de debater os instrumentos de gestão em vigência, e analisar as possibilidades de utilização e migração de dados já existentes, visando unificar as informações.

Simone Ferrari fala que os sistemas devem ser aprimorados para trazer um conhecimento mais abrangente da realidade existente, podendo auxiliar nas ações da política de assistência social. Jucimeri Isolda avalia que para além dos sistemas já existentes, o município possui autonomia para gerar seus próprios instrumentos de gestão, sendo importante que a Câmara Técnica da CIB estabeleça um contato permanente com o MDS, para que este venha a contribuir nesta discussão. Ela afirma que esta Câmara Técnica terá também a função de explicar cada um dos aplicativos, esclarecendo suas funcionalidades, uma vez que não existe um sistema que responda a todas as demandas, resgatando o conteúdo sobre estes instrumentos como estabelecido na LOAS, e quais informações são passíveis de migração dos sistemas já existentes para que não haja duplicidade de dados.

Kellen Dalcin retoma a orientação quanto a abertura dos processos de desabilitação dos municípios que estão apresentando pendência no preenchimento dos Instrumentos de Gestão, lembrando que é necessário aguardar o posicionamento do MDS, e posteriormente, a CIB estará contatando o Escritório Regional específico de cada município para seguir os trâmites necessários.

Informes:

Pactuações da CIT ocorridas nas reunião de 01 de julho: monitoramento e co-financiamento do CRAS:

Denise Colin repassa os últimos informes da CIT, relatando que todos os municípios do Estado do Paraná que foram elencados para expansão procederam a adesão de CRAS e CREAS. Já em relação ao ProJovem existiam 3.625 vagas, e destas apenas 700 foram preenchidas. Estas vagas remanescentes serão reordenadas pelo MDS, por meio de comunicação aos municípios que já fizeram a adesão, e que poderão ampliar seus núcleos com número maior de jovens, a partir da indicação dos mesmos para ampliação de vagas.

Ela retoma que foram encaminhados ao Congresso Nacional os Projetos de Lei nº3021/08, que aborda a Certificação de Entidades Beneficentes de

Assistencia Social – CEBAS; o Projeto de Lei nº3077/08 que altera artigos da LOAS instituindo o SUAS; o Projeto de Lei nº3428/08, que define a estrutura do MDS, de acordo com a previsão da NOB/RH; e o Projeto de Lei nº3452/08, que cria a carreira de Analista de Políticas Sociais, com cargos e previsão de concurso em várias áreas, inclusive na política de assistência social. Haverá pauta no CEAS sobre estes Projetos de Lei prevendo mobilização com os municípios, quando serão encaminhadas as justificativas dos Projetos de Lei e seus respectivos textos, para que os representantes do CEAS, FOREAS, COGEMAS, CIB e ER's desencadeiem um movimento de discussão nas regiões com os Deputados Estaduais, Federais e Senadores para que o FOREAS, o COGEMAS, e os Escritórios Regionais possam explicar a importância da aprovação destes projetos. e possuir aprovação dos referidos projetos. O Ministro Patrus Ananias conversou diretamente com líderes de todos os partidos, para que mesmo durante as eleições seja realizada análise de todas as Comissões do Congresso para aprovação até o final do ano de 2008.

Encerramento:

Denise Colin agradece a presença de todos e todas, destacando que será mantido como pauta para próxima reunião, prevista para 26 de agosto de 2008, o informe sobre o Encontro COGEMAS região Sul, as atualizações do site da CIB e a avaliação dos Encontros Macrorregionais de Avaliação do SUAS e SISAN.